



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 744, DE 2024

Requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre o viés ideológico aplicado às questões do ENEM 2024.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, Camilo Santana, informações sobre o viés ideológico aplicado às questões do ENEM 2024.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, Camilo Santana, informações sobre o viés ideológico aplicado às questões do ENEM 2024.

Nesses termos, requisita-se:

1. Ao utilizar trechos de obras filosóficas e teóricas que criticam explicitamente o capitalismo e outros sistemas econômicos, como no caso de Cornelius Castoriadis, qual é a justificativa pedagógica para incluir essas questões no ENEM?
2. Como o Ministério assegura que os textos selecionados não influenciem o posicionamento ideológico dos estudantes, ao invés de simplesmente avaliar sua capacidade crítica e de análise?
3. No ano passado, questões relacionadas ao agronegócio e à competitividade econômica também apresentaram um viés crítico em relação ao capitalismo, com destaque para o uso de conceitos como 'lógica do agronegócio' e 'dumping'. Como o INEP se posiciona em relação ao equilíbrio entre apresentar diferentes

perspectivas sobre esses temas e garantir que o exame não favoreça o ponto de vista ideológico defendido pelo governo?

4. Quais são os critérios utilizados pelo INEP para selecionar os avaliadores responsáveis pela elaboração das questões do ENEM?
5. Como é garantido que esses avaliadores possuam uma formação equilibrada e imparcial, considerando a diversidade de ideias e perspectivas presentes no debate acadêmico e político?
6. Considerando que o ENEM é um exame de grande importância para o ingresso dos estudantes nas universidades, como o Ministério da Educação garante que questões com forte conteúdo ideológico ou político não prejudiquem alunos que não compartilham das mesmas perspectivas ou que não tenham uma formação acadêmica aprofundada nesses temas?
7. Em questões que envolvem temas polêmicos, como a crítica ao agronegócio ou à competitividade econômica, como o INEP garante que os alunos sejam avaliados por sua capacidade de argumentação e análise, e não pela concordância ou discordância com o ponto de vista implícito nas perguntas?
8. Que mecanismos de controle e revisão as questões do ENEM passam antes de serem aplicadas, especialmente quando abordam temas que envolvem ideologias políticas ou críticas econômicas? Existe algum comitê independente para garantir que as questões sejam imparciais e respeitem a diversidade de opiniões dos estudantes?
9. O ENEM deve ser uma ferramenta para medir a formação acadêmica e técnica dos estudantes. Como o Ministério da Educação garante que as questões não transcendam esse papel, ao invés de promover uma agenda política ou ideológica específica?

JUSTIFICAÇÃO

Em uma das questões do ENEM 2024, um trecho de um texto da obra *A instituição imaginária da sociedade*, do filósofo Cornelius Castoriadis aparecia: "Uma fábrica na qual os operários fossem, efetiva e integralmente, simples peças de máquinas executando cegamente as ordens da direção pararia em quinze minutos. O capitalismo só pode funcionar com a contribuição constante da atividade propriamente humana de seus subjugados que, ao mesmo tempo, tenta reduzir e desumanizar o mais possível."

As seguintes respostas eram ofertadas ao aluno: O texto apresenta uma contradição interna do capitalismo caracterizada pela a) obsolescência associada ao uso da tecnologia, b) orientação voltada à administração de conflitos, c) alienação decorrente da organização do trabalho, d) isonomia remanescente da geração de riquezas e e) produtividade vinculada ao fortalecimento da autonomia.

O enunciado cobrava do candidato a resposta que apresentava uma contradição interna do capitalismo apresentada pelo texto. A alternativa correta, segundo gabarito, era o item que citava "a alienação decorrente da organização do trabalho".

As diversas críticas ao capitalismo em uma prova que deveria mensurar o conhecimento técnico do aluno não são novidades desse ano. No ano passado, duas questões abordaram o agronegócio e a competitividade econômica. Uma delas tinha um texto que dizia que, no Cerrado, o "conhecimento local" está subordinado "à lógica do agronegócio" e que o "capital impõe conhecimentos biotecnológicos" que trazem consequências negativas para a população do campo. Em outra questão, relaciona-se a competitividade na economia à prática de dumping.

Esse tipo de conteúdo levanta um debate legítimo sobre os limites da imparcialidade na construção de questões para o ENEM, uma vez que tais abordagens filosóficas podem influenciar a formação de opinião dos estudantes.

Considerando o papel do ENEM como uma avaliação que deve ser acessível, imparcial e justa para todos os estudantes, independentemente de suas convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, torna-se fundamental que o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) esclareçam como garantem a imparcialidade na elaboração das questões, especialmente em temas controversos que envolvem debates políticos e econômicos. A sociedade brasileira, os educadores e os alunos merecem saber os critérios que regem a formulação das questões do ENEM e como o Ministério da Educação assegura que o exame não favoreça, explicitamente ou implicitamente, uma visão ideológica ou política específica, pelo que o requerimento se faz necessário.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO